

**VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ nº 12.623.165/0001-07

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA								
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado			
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021		
<b>Circulante</b>		<b>127.376</b>	<b>80.733</b>	<b>104.377</b>	<b>164.148</b>	<b>Circulante</b>		<b>97.456</b>	<b>56.307</b>	<b>88.138</b>	<b>393.264</b>	<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>	<b>54.530</b>	<b>90.932</b>	<b>54.546</b>	<b>90.955</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	207	374	237	379	Fornecedores	11 e 13	38.783	30.958	26.039	10.344	(=) Lucro líquido do exercício operacional	-	-	(4)	(14)		
Aplicações financeiras	4	36.977	4.977	57.033	101.779	Financiamentos e Debêntures	12	45.040	45.040	352.622	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)		
Contas a receber	5	46.086	28.394	31.444	31.562	Obrigações tributárias	-	-	2.616	1.831	5.144	(+) Despesas/recargas operacionais	9	143	143	32.022	29.390	
Partes Relacionadas	13	15.000	-	-	-	Dividendo a pagar	13	13.633	22.733	13.637	22.741	(+) Juros e variações monetárias	18	58.472	-	62.021	27.297	
Estoques	-	-	-	1.061	5.486	Arrendamentos a pagar	9	-	-	2.520	1.598	(-) Equivalência patrimonial	8	(116.950)	(92.234)	-	-	
Impostos a recuperar	6	14.869	24.404	-	24.601	Contas a pagar	-	-	-	-	815	<b>Aumento líquido (Redução) nos ativos</b>	-	-	40.755	127		
Dividendo a receber	13	29.237	22.584	-	-	<b>Não circulante</b>		<b>367.826</b>	<b>180.402.173</b>	<b>35.187</b>		Aplicação financeira	-	-	(17.692)	(307)	118	(3.457)
Despesas antecipadas	-	-	-	304	257	Financiamentos e Debêntures	12	367.826	-	367.826	-	Estoques	-	-	-	-	4.425	(2.299)
Outras Contas a Receber	-	-	-	-	93	Provisão para contingência	14	-	-	9	-	Impostos a recuperar	9.535	(2.491)	9.722	(2.481)	(66)	(48)
<b>Não Circulante</b>		<b>564.957</b>	<b>349.545</b>	<b>612.405</b>	<b>638.174</b>	Provisão para desmobilização	10	-	-	5.111	7.113	Outras contas a receber	-	-	1.099	(3.722)	2.237	(222)
Depósitos Judiciais	-	-	-	306	306	Arrendamentos a pagar	10	-	-	28.242	27.894	Despesas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Outras Contas a Receber	7	-	-	3.816	-	Equipamentos para futuro aumento de Capital	-	-	-	180	-	Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	-	650	-	-	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>227.051</b>	<b>373.791</b>	<b>227.051</b>	<b>373.791</b>	Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-
Investimentos	8	559.696	345.597	-	-	Capital social	15	173.441	273.441	173.441	273.441	Investimentos	8	7.824	2.051	15.694	(2.312)	2.820
Imobilizado	9	3.165	3.298	605.979	637.660	Reservas de lucros	15b e 15c	53.610	100.350	53.610	100.350	Obrigações tributárias	(2.615)	2.616	(3.314)	2.820	(816)	822
Intangível	-	2.096	-	2.304	208	Participação não controladores	-	-	-	76	80	Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>692.333</b>	<b>430.278</b>	<b>717.382</b>	<b>802.322</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>227.051</b>	<b>373.791</b>	<b>227.127</b>	<b>373.871</b>	<b>Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(6.753)</b>	<b>1.809</b>	<b>211.400</b>	<b>144.867</b>		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Nota	Reservas		Lucros acumulados	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Capital social	Legal				
Lucro líquido do exercício	15.c	-	-	90.932	90.932	23	90.955
Distribuição de dividendos	13	-	-	(37.706)	(37.706)	(9)	(37.715)
Reserva legal	15.b	-	-	4.547	4.547	(22.733)	(18.186)
Dividendos propostos	13	-	-	-	-	(22.733)	(22.733)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	(63.652)	(63.652)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>273.441</b>	<b>10.904</b>	<b>89.462</b>	<b>373.791</b>	<b>80</b>	<b>373.871</b>
Lucro líquido do exercício	15.c	-	-	90.932	90.932	16	90.955
Distribuição de dividendos	13	-	-	(87.637)	(87.637)	(16)	(87.653)
Reserva legal	15.b	-	-	2.727	2.727	-	2.727
Dividendos propostos	13	-	-	-	-	(13.633)	(13.633)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	(38.171)	(38.171)
Redução de capital	15.a	(100.000)	-	-	(100.000)	-	(100.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>173.441</b>	<b>13.631</b>	<b>39.980</b>	<b>227.051</b>	<b>76</b>	<b>227.127</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

1. **Contexto operacional:** A Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 7, Garandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 1º de setembro de 2010. A Companhia tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exercam atividades semelhantes a exercida pela Companhia. Atuando como agente comercializadora, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em conformidade com o Despacho nº 4.069, de 14 de outubro de 2011, com o início de sua operação em agosto de 2013. As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de dez parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 106 aere geradores, sendo um dos maiores complexos do Brasil com sua potência instalada de 170MW.

2. **Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 09 de Fevereiro de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.2. **Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. **Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem diferir de resultados estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • Determinação de valores de ativos e passivos; • Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • Provisões para desmobilização; • Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. **Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 3.2. **Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. 3.3. **Aplicação financeira:** Aplicações financeiras são aquelas que dependem do propósito para o qual o investimento foi adquirido, e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. 3.4. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo método de custo histórico e liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. 3.5. **Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial é o líquido líquido. A Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.5.2. **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos em circulação e fornecidos. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo justo custo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. 3.5.3. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos financeiros categorizados como empréstimos e custos amortizados são determinados com base na expectativa de fluxo de caixa. 3.6. **Imobilizado:** O custo de aquisição, deduzido de provisões para desvalorização, quando aplicável. 3.7. **Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. 3.8. **Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivos circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de dose passivo da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. 3.9. **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. 3.10. **Arrendamentos mercantis: 3.10.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. 3.10.2. **Como arrendatário:** As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a controlada reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de escritório). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início do ativo, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma reserva para custos de desmontagem e restauração. O passivo de arrendamento é mensurado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contra-

to. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9. 3.11. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída com resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. 3.12. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$40 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente e o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais abrangidos são compensados se certos critérios forem atendidos. 3.13. **Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. 3.14. **Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. 3.15. **Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas; (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. 3.15.1. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança. 3.15.2. **Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. 3.16. **Normas novas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022: 3.16.1. Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Sobre esse tema, a Companhia e suas controladas não consideram impactos significativos nas demonstrações contábeis. 3.16.2. **Outras normas:** Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, a saber: • Imobilizado - Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16); • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • Referências ao quadro conceitual (Alterações à IAS 8); • Contratos de seguro (IFRS 17). 3.16.3. **Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Capital Social	Reservas		Patrimônio Líquido	Participação no Investimento	Equivalência Patrimonial		
		de Lucros	Líquido			Capital	2022	2021
Campina Potiguar	32.102	14.042	46.144	99,98%	46.135	29.606	11.331	9.297
Canto da Ilha	28.410	11.425	39.835	99,98%	39.827	25.877	9.394	7.447
Energia Potiguar	59.215	19.816	79.031	99,99%	79.023	47.041	15.006	11.820
Esquina dos Ventos	32.083	14.455	46.538	99,98%	46.528	29.236	12.224	8.812
Ilha dos Ventos	28.420	13.227	37.500	99,98%	37.542	24.577	6.241	5.532
Morro dos Ventos	56.880	19.785	76.665	99,99%	76.657	47.892	16.588	13.287
Ponta do vento Leste	55.370	18.331	73.701	99,99%	73.693	49.085	14.960	11.784
Pontal do Nordeste	37.714	11.767	49.481	99,99%	49.476	29.222	9.015	6.955
Torres de Pedra	55.943	19.026	74.969	99,99%	74.962	45.130	15.002	11.836
Torres de São Miguel	28.597	7.664	36.261	99,98%	36.253	22.932	7.089	5.467
					<b>559.696</b>	<b>345.597</b>	<b>116.950</b>	<b>92.234</b>

(a) Em 16 de maio de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a integralização do capital social de suas controladas no montante de R\$302.580 mil, com a utilização do montante de Adiantamento para futuro aumento de capital; (b) Em 17 de agosto de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital no montante de R\$100.000 mil, devido a excesso de capital social; (c) Durante o exercício foram recebidos de suas controladas como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$98.778 mil, desse valor R\$ 76.194 referem-se a dividendos adicionais de 2022, e R\$ 22.584 mil referem-se a dividendos propostos de 2021 recebidos durante o exercício de 2022; (d) Dividendos propostos de acordo com o estatuto de suas controladas; e (e) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Capital Social	Reservas		Patrimônio Líquido	Participação no Investimento	Equivalência Patrimonial	
		de Lucros	Líquido			Capital	2022
Aerogeradores	-	-	-	-	-	-	-
Instalações e benfeitorias	366	382	18.997	19.883	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.799	2.916	21.367	22.228	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	76	88	-	-	-
Direito de uso	-	-	28.938	34.013	-	-	-
		<b>3.165</b>	<b>3.298</b>	<b>605.979</b>	<b>637.660</b>		

